



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6227

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

Autoria: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Data: 24/01/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 14/2006. Institui o "Programa Municipal de Educação Fiscal" e seu respectivo grupo de trabalho para coordenação. (Referente à Lei nº 3.527, de 15/03/2006).

Controle Interno – Caixa: 7.1

Posição: 01

Número de folhas: 06

Lei 3527 de 15.03.2006

Espécie: PL
Categoria: civa
Cx: 7.1
Ordem: 01
nº fls: 04



14/2006
21.02.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Vereador – Coriolando da Soledade R. Afonso (Cori)

ASSUNTO:

Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal e Respetivo Grupo de Trabalho.

MOVIMENTO

Entrada em - 24/01/2006

- 1 - _____
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - Aprovado em 1ª em 14.02.2006
- 4 - Aprovado em 2ª em 16.02.2006
- 5 - Aprovado em 3ª em 21.02.2006
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

*As Comissões
24/02/06
(assinatura)*

PROJETO DE LEI Nº _____/2006

Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal e Respectivo Grupo de Trabalho.

O povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o poder Executivo Municipal a criar o “Programa Municipal de Educação Fiscal”, a ser implantado em todo o Município, envolvendo as Organizações Públicas e a Sociedade Civil com o objetivo de:

I – conscientizar o cidadão sobre os fins sociais do Tributo, bem como o valor deste, no exercício da cidadania;

II – desenvolver o espírito do cidadão para acompanhar a aplicação dos recursos públicos.

Art. 2º - O programa será desenvolvido;

I - pela Secretaria Municipal da Fazenda, em ação integrada com a Secretaria Municipal de Educação, junto ao corpo docente e discente da Rede Municipal de Ensino;

II – pela Secretaria Municipal da Fazenda junto aos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta; aos alunos das redes Municipal, Estadual e Particular; e da população em geral.

§ 1º - Para efeito do disposto no inciso I, a Secretaria Municipal da Fazenda mediante ação conjunta com a Secretaria Municipal de Educação, definirão a elaboração e implementação de projetos.

§ 2º - “O conteúdo programático envolverá noções básicas sobre o cidadão e seus direitos à educação, alimentação, moradia, transportes e saúde; os meios de



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

financiar as necessidades da população; a divisão de tarefas entre Municípios, os Estados e a União; os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, as contribuições previdenciárias e os deveres dos contribuintes”.

Art. 3º - Competirá ao grupo de Educação Fiscal a Coordenação do Programa, composto por funcionários da Secretaria Municipal da Fazenda nomeados e designados através de decreto.

Art. 4º - As prováveis despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento vigente, nas rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 5º - A presente lei será regulamentada por decreto executivo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal. 02 de Janeiro de 2006.


Coriolando da S. Ribeiro Afonso – Cori.

| | |
|--|--|
| PROTOCOLO | |
| <input type="checkbox"/> EXP. | <input checked="" type="checkbox"/> RECEB. |
| 02/01/2006 | |
| HORA: 8:30 | |
| ASS:  | |

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 24 DE MARÇO DE 2006

PRESIDENTE

É legal e constitucional, conforme parecer
da Assessoria Legislativa.
Cecilia Souza

Procurador
J. S.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 14 DE FEVEREIRO DE 2006

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 16 DE FEVEREIRO DE 2006

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
EM 21 DE FEVEREIRO DE 2006

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 que “Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal e Respectivo Grupo de Trabalho”, de autoria do Vereador Coriolando da S. Ribeiro Afonso.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto, apesar de abordar questão de competência do Executivo Municipal, já que trata da criação de Programa Municipal, não impõe a este a obrigação de instituir referido Programa, mas apenas o autoriza a fazê-lo, portanto, não invade a competência prevista em Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 25 de janeiro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 17 de fevereiro de 2.006.

Ofício : ATL Nº 047 / 2005
Assunto: Encaminha Projeto para Sanção
Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o inciso X Art.37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando à V.Ex^a. para sanção e publicação, os seguintes Projetos de Lei aprovados por esta Casa Legislativa : "**Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências; Altera a Lei Municipal nº 1.816, de 28 de fevereiro de 1.990 e dá outras providências; Autoriza a municipalização da entidade de ensino fundamental; Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal e Respectivo Grupo de Trabalho e o Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo com os servidores públicos municipais em relação ao adicional por tempo de serviço previsto na legislação municipal vigente.**"

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex^a. votos de estima e elevado apreço.


Vereador Sebastião Ildeu Maia
Presidente da Câmara

Excelentíssimo Senhor
Dr. Athos Avelino Pereira
DD. Prefeito Municipal
MONTES CLAROS - MG